
Reflexões em torno do livro “Lusitanos no Tempo de Viriato”, de João Luís Inês Vaz

JOSÉ D’ENCARNAÇÃO

R E S U M O

A propósito da publicação de mais uma obra sobre os Lusitanos, no actual contexto político nacional e europeu, o autor ousa propor singela e desprentensiosa reflexão acerca do modo de escrever História e sobre os perigos amiúde latentes para o historiador. A análise do livro Doutor João Luís Inês Vaz constituiu, pois, pretexto para o autor repensar, inclusive, a sua função como investigador e como docente ao longo de mais de quatro décadas.

R É S U M É

La publication d’un nouveau livre sur les Lusitaniens et la figure de Viriathe a mené l’auteur à réfléchir sur les méthodes de l’Histoire et sur les dangers auxquels l’historien doit faire face. Une lecture attentive de ce volume lui a aussi suggéré une réflexion à propos de son métier, en tant que chercheur et enseignant, depuis quarante ans.

Surgem os livros na sua época. À primeira vista, a frase pode parecer corriqueira e até desprovida de um significado preciso; mas, se reflectirmos um pouco mais, acabamos por compreender que este título só podia ter sido pensado no ano tal; que este tema só em determinado período colheria leitores interessados... Não houve, aquando do domínio filipino, sucessivas edições d’*Os Lusíadas*? E porquê? Porque urgia manter bem alto o espírito patriótico! E não escreveu André de Resende *As Antiguidades da Lusitânia* precisamente para fazer face ao crescente favoritismo espanhol? (Veja-se, a título de exemplo, Encarnação, 1991, pp. 177-205 = 1998, pp. 29-56). E Viriato e Sertório não são aí apresentados como os grandes heróis que denodadamente lutam contra os inimigos de uma Pátria que se pretende una e indefectível?¹

Numa época de globalização, como é a nossa, em que se procura privilegiar o que nos identifica², a tentação — passe a palavra! — de escrever sobre os Lusitanos e sobre Viriato é enorme e corresponde, na verdade, a uma necessidade do nosso íntimo patriótico. Saúde-se, pois, nesse contexto, a publicação, pela Ésquilo Edições e Multimédia < www.esquilo.com >, com data de Março de 2009 [ISBN: 978-989-8092-51-9], do livro *Lusitanos no Tempo de Viriato: Quotidiano e Mito*, da autoria de João Luís Inês Vaz, com prefácio de um académico, sim, mas que, no momento presente, mais conhecido é como político: Guilherme d’Oliveira Martins — e a sua participação vem logo

evidenciada na capa. Tudo, por conseguinte, dentro das normas: um título apelativo, com as palavras-chave necessárias e ajustadas: Lusitanos, Viriato, quotidiano, mito...

No âmbito da História, como no das demais ciências, progride-se de acordo com uma teoria filosófica sobejamente conhecida: procede-se durante muito tempo à pormenorizada análise dos dados, que pouco a pouco se vão complementando até formarem um todo, que é a síntese. Síntese que, por seu turno, pela vitalidade que em si encerra, é promotora de novas análises, já com uma visão mais alargada, na consciencialização de aspectos até aí ignorados ou menosprezados, porque nunca haviam sido postos em conjunto. Novas análises, portanto, a desembocarem, necessariamente, em nova síntese. E assim se avança.

Paradigmático pode apresentar-se o caso da História de Portugal: a síntese feita por A. H. Oliveira Marques quer na sua *História de Portugal desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano* (a 1.ª edição, em dois volumes, tem a chancela de Edições Ágora, 1972, e apresenta-se como "Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio"), iniciativa que foi *pari passu* pensada com o *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, na década de 70 do século passado (em quatro volumes, de Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971), determinou inúmeras análises pontuais de épocas e de questões, que acabaram por dar origem a três novas histórias de Portugal, feitas, porém, já num espírito inovador, pois cada tema particular era tratado por um especialista. Refiro-me às histórias cujas edições foram coordenadas, respectivamente, por Joel Serrão e Oliveira Marques (*Nova História de Portugal*, Editorial Presença, a partir de 1990), por João Medina (Ediclube, Amadora, 1993) e por José Mattoso (Editorial Estampa, Lisboa, 1993).

Por conseguinte, num momento em que as análises ainda estão em 'efervescência', pois novos dados e novas interpretações estão imprevisivelmente a surgir a cada passo³, pensar — editora e autor — num livro sobre esta temática, seria, de facto, temeridade, se as referidas circunstâncias "patrióticas" não estivessem por detrás a garantir sucesso. Refira-se que a edição depressa esgotou e foi também na perspectiva de que uma segunda venha a preparar-se que ousei abalançar-me a estas 'reflexões', que ultrapassam a extensão de uma normal recensão bibliográfica. Aliás, um outro factor salienta — e muito bem — Guilherme d'Oliveira Martins (recorde-se que o seu texto se intitula, significativamente, "Complexas raízes...") para mostrar o inegável interesse deste estudo: é que, não o podemos esquecer, os Portugueses não derivam linearmente dos Lusitanos nem estes são um "povo" fechado em si mesmo, acérrimo defensor de um território e de ancestrais tradições. Não. "Hoje sabemos que a diversidade cultural e histórica é um factor de enriquecimento, desde que encarada de um modo aberto, sendo garantia contra as tentações harmonizadoras e o risco da uniformidade" (pp. 9–10). Está dado o mote que politicamente interessa salientar: "a importância da Lusitânia pré-romana para a compreensão da identidade complexa que caracteriza a nossa cultura, num contexto ibérico" (p. 10). Portugal do século XXI, um país de acolhimento, de nova mescla de culturas, como sempre o foi, agora talvez ainda mais, desde que integrado na União Europeia e berço, até, do Tratado de Lisboa!...

Explicita o Autor, na introdução, que vai debruçar-se sobre uma Lusitânia diversa daquela que, numa primeira abordagem, se poderia pensar: "Aquela região dos actuais territórios de Portugal e Espanha em que habitavam vários povos que os Romanos, quando chegaram, apelidaram de Lusitanos" (p. 11), "conjunto de povos com um passado comum, uma língua, uma cultura, uma religião, um sistema de vida que claramente os distinguia dos seus vizinhos" (p. 12). E, após sublinhar que, sobre essa época, o ensino foi feito, "nas escolas oficiais portuguesas e espanholas de acordo com critérios e sobretudo interesses políticos momentâneos", de modo que "temos por isso, todos nós, a cabeça pejada de ideias feitas", o Autor critica o facto de as questões que a propósito do tema se levantam se quedarem "entre os académicos sem transparecer para o exterior, na maior parte dos

casos, e sem se transmitir às pessoas a ciência que se vai fazendo" (p. 13). Essa lacuna quer, pois, colmatar, advertindo, porém, que o livro se "assume como um livro de divulgação e de síntese e não como obra de discussão em fóruns académicos, pelo que não se deve estranhar que não sejam feitas notas de rodapé nem outro tipo de notas" (p. 15).

Ainda que "de divulgação e de síntese" e ainda que já esgotada a edição, julgo pertinente aproveitar a oportunidade para tecer em torno do livro e do tema algumas considerações.

Diga-se, em primeiro lugar, que a edição foi claramente preparada à pressa. Ou seja, o editor deve ter dado ao Autor um prazo curto de mais, impeditivo de o Autor proceder a uma imprescindível revisão, por menos cuidada que fosse. Não pôde fazer revisão e este é um ponto que, cada vez mais, urge ter em conta, na relação autor – editor.

Com o formato habitual neste tipo de livros (22,8 x 15,8 cm), letra *Times New Roman* 14 (se não erro), a espaço e meio, com sugestivas ilustrações a preto e branco, a documentar o que se escreve, a obra lê-se bem. Mas... a impressão das gravuras está péssima e até admira como foi possível não reparar nisso; e, devido à falta de revisão, os sinais de pontuação amiúde faltam ou estão incorrectos (frequente ausência dos dois pontos onde seria de os esperar, a vírgula a separar o sujeito do predicado...). Poderão aduzir-se os exemplos de escritores que não usam a pontuação, que fazem tábua rasa das maiúsculas ou das minúsculas. Estou a lembrar-me de Lídia Jorge, no seu *O Dia dos Prodígios*, onde a pontuação apenas pretende sublinhar a oralidade; ou o *Memorial do Convento*, de Saramago, sem pontuação – cada qual que a ponha onde quiser... Mas uma coisa é a linguagem literária, a escrita criativa e a liberdade que ela permite, outra a linguagem científica, onde uma vírgula fora de sítio pode alterar o sentido de uma afirmação... As gralhas são demasiadas e incómodas, e há frases que, por isso, ficaram coxas; ou seja, compreende-se o que o Autor quer dizer, contudo não é isso o que lá diz... Exemplifico:

Havia animais que se sacrificavam aos deuses; e comenta-se: "Além do significado religioso, o seu sacrifício revela-nos os animais que eram utilizados" (p. 52). Evidentemente que o Autor queria afirmar algo como: 'Sabendo quais os animais sacrificados, ficamos a saber também que animais o homem de então utilizava'.

Fala-se das características ímpares do cavalo lusitano e conclui-se: "[...] um dos mais apreciados e preferidos do mundo para provas equestres desportivas de competição" (p. 53). Não carecia de se especificar tanto...

"O que podemos concluir é que os penedos ao ar livre seriam o principal modo de os Lusitanos venerarem os seus deuses" (p. 95). Percebe-se o sentido da frase, porque... é difícil conceber um penedo como modo de venerar uma divindade...

"Pensando nas inscrições rupestres do Caramulo e nas divisões de águas e terras que nelas estão expressas, penso que se poderão também considerar numa mistura de nomes de povos claramente lusitanos passados a escrito em latim correcto, mas com topónimos e etnónimos indígenas" (p. 113). Relendo, entendemos.

Esclarece-se que estamos a fazer a história da Lusitânia com base em dados hauridos em fontes predominantemente romanas, isto é, parciais. E o que o autor escreve é: "Não podemos esquecer que as únicas informações de que dispomos são o lado do invasor" (p. 121). Aliás, dizia-se páginas atrás (p. 118) que essas fontes "se referem apenas aos tempos mais recentes em que os Romanos conheceram e começaram a lutar contra os Lusitanos".

Não sou fanático ao ponto de advogar que uma obra científica careça de estar excelentemente redigida; prefiro, porém, que os autores cumpram aquelas regras mínimas que se exigem (ou se exigiam, já nem sei...) nos testes universitários. Por exemplo (e esta é uma norma que raramente vejo bem aplicada), os nomes dos pontos cardeais só devem ser grafados com maiúscula quando são

substantivos próprios, isto é, quando se referem a uma região: o Sul de Portugal, por exemplo; no entanto: "este sítio arqueológico fica a sul de Viseu". Outra grande dificuldade diz respeito à utilização da conjugação perifrástica reflexa: o pronome 'se' pospõe-se ao verbo principal e não ao verbo auxiliar. Assim: deve escrever-se "podem distinguir-se" e não "podem-se distinguir"; "a nova cidade vai localizar-se" e não "a nova cidade vai-se localizar". Dir-se-á que são pormenores, que este último lapso até está quase consagrado na linguagem corrente... Arqueólogo é, todavia, o cientista que tem em conta os pormenores e sabe da sua real importância.

Uma revisão teria poupado o editor a críticas e teria também feito que o Autor tomasse consciência de que nas minas não se exploram metais mas sim minérios; que o bronze não se extrai de minas, pois que, inclusive, nem é um metal mas uma liga de cobre e estanho; que também na 'sua' Lusitânia, mais concretamente na Sertã, se identificou uma ara dedicada a *Nabia*; que Octávio César Augusto (p. 144), apesar de ser, de quando em vez, assim designado, não existiu mesmo: trata-se, sim, de *Gaius Iulius Caesar Octavianus*, que, a partir de 27 a.C., mudou o seu nome para *Imperator Caesar Augustus*... que normalmente apenas designamos por Augusto e já se sabe que é o primeiro imperador romano (63 a.C.–14 d.C.); que não foi com a obra *Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende, que se marcou "o início da Arqueologia em Portugal"; que Adolfo Schulten não poderia ter escrito, "em 1926, uma bibliografia de Viriato" (p. 201), mas sim a sua biografia; que Columbano Bordalo Pinheiro nunca poderia ter pintado Viriato "nos Passos Perdidos da Assembleia da República", como parece querer afirmar na p. 205; que *Hic Domus Viriati fuit* se traduz por "Aqui foi a casa de Viriato" e não "Esta casa foi de Viriato" (p. 208); que o critério cronológico, usado para referir, na bibliografia, os seus 35 trabalhos e os 15 de Jorge de Alarcão, deveria ter sido seguido em relação aos demais autores; que cita Armando Coelho, que só um perito saberá identificar, na bibliografia, como SILVA (Armando Coelho Ferreira da); que alude à importância da inscrição de Arronches (p. 94), mas não inclui na bibliografia a referência ao seu estudo, o mesmo acontecendo com a alusão ao epíteto *Eburobricus*, da divindade *Arentius*, que inclusive levou os Fundanenses a considerarem-se descendentes dos *Eburobrigenses* de outrora... Essa inscrição foi dada a conhecer na revista que tem, por isso mesmo, o significativo nome de *Eburobriga* (Salvado, Rosa & Guerra, 2004, pp. 237–242; v. igualmente Encarnação, 2008, pp. 109–120).

No capítulo I, explica João Luís Inês Vaz que, das Lusitânias conhecidas, aquela sobre que vai escrever é tão-somente a pré-romana, bem delimitada no mapa da p. 23. Teria como limite ocidental as serras da Arada, Caramulo, Lousã e Açor, até ao médio Tejo (a oriente da actual Abrantes); a sul, "a Serra de S. Mamede, zona de Arronches"; a norte, o médio rio Douro; sendo o limite oriental, "mais difícil de estabelecer", "marcado pela existência de esculturas zoomórficas", linha divisória que passaria, desta sorte, de norte para sul, por Paredes da Beira, Almofala, Castelo Mendo, Ciudad Rodrigo, até Arroyo de la Luz, a ocidente de Cáceres (pp. 24–25). Do ponto de vista cronológico, estaremos, por conseguinte, em pleno Bronze Final e na Idade do Ferro, até ao ano 139, data do assassinato de Viriato. E estudar-se-ão essas "tribos indo-europeias" que invadem a região nos "finais do II milénio a.C. – inícios do I milénio a.C.", trazendo consigo "uma língua e uma origem comuns e algumas divindades que todos adoram" (p. 26).

Por conseguinte, o capítulo II trata dos povoados onde esses povos se instalaram: os castros. E o Autor far-se-á eco, nesta parte, das conclusões dos trabalhos arqueológicos levados a cabo por ele próprio, enquanto membro da equipa de Monsenhor Celso Tavares da Silva, que escavou, por exemplo, o Castro da Cárcoda e o Castro de Santa Luzia; e pelos arqueólogos João Carlos Senna-Martínez, Raquel Vilaça e Pedro Carvalho (p. 13). São povoados de média altitude, sempre com linhas de água por perto e recursos mineiros também à mão (p. 34), cercados de muralhas e cujas estruturas habitacionais eram geralmente circulares, com ou sem vestíbulo, de paredes "levantadas

sem grande preocupação de estabilidade” (p. 39) e um “poste de madeira que suportava o telhado”, nelas se registando a presença de lareiras; aceita-se a ideia de que se organizariam “certamente por núcleos familiares” (p. 43).

No que concerne à vida económica (capítulo III), estaríamos, sem dúvida, perante uma economia agropastoril, de agricultura de subsistência. Cultivava-se o esparto e o linho, como fibras têxteis, os cereais, a fava e a ervilha (acharam-se foicinhas, mós e sementes carbonizadas). Comia-se bolota, produzia-se o azeite, bebia-se vinho e cerveja, e dos animais tudo se aproveitava. Dentre estes, o cavalo mereceria lugar de destaque, opinando o Autor que a ocorrência do epíteto *Equotulaisensis* a caracterizar a divindade *Arentius* na zona do Sabugal poderá ser forte indício de que aí se situaria o centro de criação desse famoso animal. A persistência aí de um jogo popular, “a maluta”, de características muito idênticas às da luta greco-romana, é apontada pelo Autor como um indício mais da grande ligação do Sabugal a esses prístinos tempos guerreiros (p. 150). O Autor chega mesmo a perguntar se o Zéfiro a que os Romanos atribuíam a fecundação determinante da sua enorme capacidade de correr não seria *Arentius*, “a divindade protectora do cavalo”, “que os Romanos, desconhecendo a teogonia local, interpretaram como o seu deus do vento, Zéfiro” (p. 83). Sobre este controverso tema, veja-se o estudo mais completo até agora efectuado, da autoria de Alicia María Canto (2009, pp. 162–218).

A exploração dos minérios de ferro, estanho e cobre possibilitou a produção metalúrgica: identificaram-se moldes de fundição, que permitiram, juntamente com achados concretos, saber dos objectos de uso quotidiano, utilitários ou de adorno. Especial referência merecem o torques (p. 58) e as armas (punhais, lanças, espadas...).

A religião constitui o tema do IV capítulo (pp. 67–101), optando o Autor por — em vez da divisão trifuncional haurida em Georges Dumézil e ainda hoje seguida à risca por alguns investigadores — considerar as divindades divididas “em três patamares diferentes, conforme a difusão do seu culto”: “divindades de carácter local, de carácter regional e divindades de carácter nacional” (p. 69). *Laepus* e *Luru* seriam, pois, divindades locais, por serem “adoradas num lugar apenas”; *Crouga* e *Arentius* teriam carácter regional, sendo *Banda*, *Cosus*, *Reve* e *Nabia* divindades nacionais (p. 69). Considera, por exemplo, *Banda* o nome da divindade (e não um nome comum, como há autores que professam), uma divindade “masculina, de terceira função” (p. 70), cujos epítetos poderiam ser formados a partir do topónimo ou etnónimo a que estava vinculado ou a função específica que lhe era atribuída (p. 72). Dada a importância do que veio a ser o templo romano da Senhora das Cabeças, em Orjais (Covilhã), o Autor chega mesmo a sugerir que esse local “poderia constituir o lugar central do culto da divindade”, até porque, depois, aí se venerou Júpiter, “o deus máximo romano” (p. 74).

Detém-se João Vaz na análise dos epítetos de *Banda*, apresentando, a esse propósito, ideias originais, como a afirmação de que alguns poderão resultar “do sincretismo de outras divindades indígenas com *Banda*”, distinguindo esse sincretismo de *interpretatio*. Um dos argumentos é a relação que faz com *Picius*, dado que em Belver se identificou *Bannei Picio* (p. 76). Na linha do que tenho defendido, a explicação é, a meu ver, outra: tendo em conta que o que identifica localmente a divindade é o seu epíteto, nada impede que, numa epígrafe, ele venha mencionado apenas pelo seu epíteto; isso mesmo afirmei quando, com Rogério Carvalho, estudei essa ara (Carvalho & Encarnação, 1984, p. 15) e baseei-me no facto de, em Vila da Feira, termos duas dedicatórias, uma a *Tueraeus* e outra a *Banda Velugus Toiraecus*, sendo bastante aceitável (pelo menos, creio, ninguém o contestou) que *Tueraeus* e *Toiraecus* sejam grafias diferentes do mesmo nome (Encarnação, 1975, p. 292).

Eu colocaria *Arentius* no mesmo pé de igualdade que *Banda*, dada não só a extensão do culto, mas também a significativa diversidade de epítetos sob que é invocado. Relembriaria aqui a ideia de que não há um par divino *Arentius/Arentia*, porque os deuses não têm sexo e a menção do feminino

e do masculino significa justamente essa dualidade sob que cada crente a pode encarar (v. Encarnação, 2002, pp. 517–525 = 2006, pp. 133–144, onde o caso de *Arentius/Arentia* é expressamente focado; aproveitou o ensejo para referir que aí estudo, como caso singular, o teónimo *Quangeius* (p. 152–156), que, ao contrário do que João Vaz indica (p. 85), não tem apenas um epíteto, mas dois, conhecidos até ao momento: *Tanngus* e *Turicaecus*).

Depois da referência circunstanciada a cada uma das divindades dessa Lusitânia pré-romana, o Autor dedica especial atenção aos locais de culto, mormente aqueles que forneceram inscrições votivas em língua chamada lusitana: Lamas de Moledo, Cabeço de Fráguas, Arroyo de la Luz e Arronches (pp. 87–95). Termina o capítulo (pp. 98–101) com um quadro recapitulativo: teónimo, epíteto, lugar de achado.

Com base nos atrás referidos epítetos das divindades, tece o Autor o capítulo V sobre as etnias e a língua lusitana (pp. 103–115), um tema que lhe tem sido particularmente caro, até devido aos etnónimos patentes em penedias nas proximidades de Viseu, a marcar confins ou divisórias de águas. Por lapso, foram esquecidos os *Paisicaicoi*, perpetuados numa rocha de Carvalhal de Vermilhas: mostra-se a fotografia da epígrafe na p. 109, mas não vem depois nenhuma referência no texto. Um capítulo que certamente também reverá em próxima edição, quer porque as complexas questões linguísticas lhe vão merecer mais atenção e o enquadramento geográfico carece de ser repensado — estou a recordar o que se tem escrito sobre *Ocelum* e os *Ocelenses*, nomeadamente as reflexões de Jorge Alarcão e de Blanca María Prósper (2002, pp. 107–120) —, quer por, entretanto, se necessitar de dar um lugar especial às *gentilitates* (Encarnação, 2009c, pp. 161–171). Na verdade, se um *Banda Longobrigensis* facilmente se poderá relacionar com um topónimo *Longobriga*, tanto mais que ele perdura ainda hoje em Longroiva, *Arantius Tanginiciaecus* terá de relacionar-se com o antropónimo *Tanginus* e entramos, desta forma, num domínio em que é o elemento antropónimo dominante no grupo que determina o colectivo e, conseqüentemente, o teónimo correspondente.

As guerras levadas a cabo pelos Lusitanos de Viriato contra os Romanos ocupam todo o capítulo VI e, aqui, realçar-se-ia a questão prévia: “se os Romanos estavam ideologicamente formatados para constituir um Império que abrangesse todo o mundo conhecido” (p. 121) ou se foi paulatinamente que essa ideia se formou, ao sabor dos acontecimentos. Perfilha João Vaz a ideia de que existiu mesmo “um plano previamente elaborado de conquista sistemática do território”, pois bem conheciam os Romanos as vantagens que dessa conquista lhes poderiam advir: “as riquezas agrícolas, os minérios, os escravos” (p. 122). Conduzem os Lusitanos uma luta de guerrilha, facilitada pelo conhecimento que os hábitos de transumância lhes haviam desde há muito facultado; e tinham como equipamento, para além do cavalo, falcatas, lanças e escudos. O Monte Hermínio a que os relatos antigos se referem será, no entender do Autor, não somente a Serra da Estrela “mas sim toda a cordilheira central, que abrangeria desde a fronteira da Lusitânia à Serra da Lousã e ainda as serras da Gardunha, Malcata, Marofa, Montemuro até ao Caramulo, que faria a fronteira com o litoral” (p. 140). Os castros derredor de Viseu desempenharam nessas lutas papel não despreciando e, a dado momento, um dos comandantes romanos, Petreio de seu nome, teria mesmo estacionado as suas tropas onde é hoje a Cava de Viriato (p. 143).

Os capítulos VII (sobre a vida de Viriato) e VIII (“A memória de Viriato”) envolvem temas sobre que o Autor se tem debruçado com afinco e o maior empenho, dada, inclusive, a grande relação que tradicionalmente é atribuída entre Viriato e Viseu⁴. E são capítulos substancialmente bem conseguidos e que terminam bem:

“Viriato é um cidadão do mundo livre, símbolo do querer e vontade daqueles que nunca aceitaram a subjugação [...]. Deixemos o mito viver e alimentar a alma do povo” (p. 219).

Segue-se uma tábua cronológica, para melhor se compreender a sequência dos acontecimentos relatados, e a bibliografia, a oportunamente completar e onde — apesar de o enredo se passar na Cidade do Terroso — eu não desdenharia ver também citada, a par de *A Voz dos Deuses*, outra obra do mesmo autor, João Aguiar, *Uma Deusa na Bruma* (Edições ASA, Porto, 2003), para mostrar como, na verdade, esses mitos vivem, alimentam “a alma do povo” e... a inspiração dos escritores!⁵

NOTAS

- ¹ Sobre este assunto, v. Encarnação, 2009a, pp. 23–31, que constitui o prefácio (pp. 11–21) do livro de Pastor Muñoz (2006); sobre Sertório, poderá ver-se Encarnação, 2009b, pp. 98–105 (versão inglesa: pp. 106–109) — onde amiúde também se faz referência a comentários de R. M. Rosado Fernandes (1996).
- ² Não foi, aliás, por acaso que se escolheu para o euro português o selo de... D. Afonso Henriques!... Assim se mostra aos demais que já em 1144 nós cunhávamos moeda e éramos Nação!...
- ³ Haja em vista, no que aos Lusitanos diz respeito, as reflexões que Jorge Alarcão tem vindo a publicar na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nomeadamente nos textos a que deu o título geral de “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia”, acessíveis em: < <http://www.igespar.pt/pt/publications/category/49/assets/> >; a descoberta de mais uma significativa inscrição em língua lusitana, em Arronches (Carneiro & alii, 2008, pp. 167–178; Encarnação & alii, 2008, pp. 85–102; Prósper & Villar, 2009, pp. 1–32); a identificação da ara fundacional de Viseu romana (Fernandes, Carvalho & Figueira, 2008, pp. 185–189) e também a confirmação de que as *gentilitates* de raiz pré-romana detinham um cunho familiar evidente (Assunção, Encarnação & Guerra, 2009 [2010], pp. 177–189).
- ⁴ Nas já referidas actas da mesa-redonda de 2004, sobre a Lusitânia e os seus mitos, a figura de Viriato é abordada por Maria Helena da Rocha Pereira e Mauricio Pastor Muñoz; e o Doutor João Vaz tem um texto intitulado “Viseu e Viriato – A cidade, o mito” (pp. 149–164).
- ⁵ Este estudo integra-se no projecto de investigação do grupo *Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n.º 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ASSUNÇÃO, António; ENCARNÇÃO, José d’; GUERRA, Amílcar (2009) [2010] - Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, pp. 177–189 < <http://hdl.handle.net/10316/14377> >.
- CANTO DE GREGORIO Alicia María (2009) - Un ‘mito’ homérico en Iberia: *Zephyrus* y las yeguas de *Olisipo*. Nuevos textos y ensayo de explicación desde la Genómica. In GORGES, Jean-Gérard; ENCARNÇÃO, José d’; CARVALHO, António, eds. - *Lusitânia romana: entre o mito e a realidade*. Cascais: Câmara Municipal, pp. 162–218.
- CARNEIRO, André; ENCARNÇÃO, José d’; OLIVEIRA, Jorge; TEIXEIRA, Cláudia (2008) - Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 8, pp. 167–178.
- CARVALHO, Rogério; ENCARNÇÃO, José d’ (1984) - *Belver ao tempo dos romanos: a população e as suas crenças*. Portalegre: Assembleia. Distrital.
- ENCARNÇÃO, José d’ (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal (subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNÇÃO, José d’ (1991) - Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende. *Biblos*. Coimbra. 67, pp. 177–205.
- ENCARNÇÃO, José d’ (1998) - *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Minerva.
- ENCARNÇÃO, José d’ (2002) - O sexo dos deuses romanos. In CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, Santos; ALONSO ÁVILA, Ángeles, eds. - *Scripta antiqua in honorem Ángel Montenegro Duque et José María Blázquez Martínez*. Valladolid: Los Coordinadores, pp. 517–525.
- ENCARNÇÃO, José d’ (2006) - *Epigrafia: as pedras que falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ENCARNÇÃO, José d’ (2008) - Eburobriga, ‘cidade’ do teixo. *Eburobriga*. Fundão. 5, pp. 109–120 < <http://hdl.handle.net/10316/10236> >.
- ENCARNÇÃO, José d’ (2009a) - Viriato: história e símbolo. In *Paisagens da Antiguidade*. Lisboa: Apenas Livros.
- ENCARNÇÃO, José d’ (2009b) - Sertório, general romano: guerrilheiro e mito? *CEAMA*. Almeida. 3, pp. 98–105 < <http://hdl.handle.net/10316/10763> >.
- ENCARNÇÃO, José d’ (2009c) - Dos monumentos epigráficos da *civitas Igaeditanorum*. *Praça Velha*. Guarda. 26, pp. 161–171 < <http://hdl.handle.net/10316/12236> >.
- ENCARNÇÃO, José d’; OLIVEIRA, Jorge; CARNEIRO, André; TEIXEIRA, Cláudia (2008) - Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Conimbriga*. Coimbra. 47, pp. 85–102 < <http://hdl.handle.net/10316/10754> >.
- FERNANDES, Luís Silva; CARVALHO, Pedro Sobral; FIGUEIRA, Nádia (2008) - Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*. Barcelona. 6, pp. 185–189 < <http://www.raco.cat/index.php/SEBarc/article/view/208250/277435> >.

- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1972¹) - *História de Portugal desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano*. Lisboa: Edições Ágora.
- PASTOR MUÑOZ, Mauricio (2006) - *Viriato: o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PRÓSPER PÉREZ, Blanca María (2002) - *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad.
- PRÓSPER PÉREZ, Blanca María; VILLAR LIÉBANA, Francisco (2009) - Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre. *Emerita*. Madrid. 77:1, pp. 1-32.
- RESENDE, André de (1593) - *Libri quatuor de antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: Martinus Burgensis = FERNANDES, Raul M. Rosado, ed. (1996) - *As antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SALVADO, Pedro; ROSA, João Mendes; GUERRA, Amílcar (2004) - Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, pp. 237-242.
- VAZ, João Luís da Inês (2009) - *Lusitanos no tempo de Viriato: quotidiano e mito*. Lisboa: Ésquilo.